



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

21
6
106

(11)

Sétima Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 45078-0/01 - Recife

Embargante: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Embargado : Comércio e Representações Lacerda Ltda.

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

5530

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO DETECTADA. SENTENÇA. NECESSIDADE DE ENFRENTAMENTO DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA ALEGADA PELO RÉU. NULIDADE. DESNECESSIDADE DE DECLARAÇÃO. APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA E DO APROVEITAMENTO DOS ATOS PROCESSUAIS. RECURSO CONHECIDO E, UNANIMEMENTE, ACOLHIDO.

- a) Cotejando os autos com os termos recursais, notamos a efetiva omissão do acórdão embargado acerca da nulidade da sentença;
- b) É nula, a princípio, a sentença que passa ao largo de matéria de ordem pública, todavia, a invalidade pode ser colmatada, mediante a aplicação dos princípios da economia e do aproveitamento dos atos processuais, que desobrigam a anulação quando não decorrer prejuízo para as partes;
- c) *In casu*, a despeito de não-apreciada, afinal, a alegação de ofensa ao princípio do juiz natural, por ausência de conexão, era destituída de fundamento, pois as causas reunidas comungavam da causa de pedir, a saber, a extensão, a mercadoria importada, de benefício fiscal concedido a semelhante nacional, por força de disposição do GATT. Logo, inexistiu qualquer gravame decorrente



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

da inobservância dos cânones processuais;

- d) Recurso conhecido e, sem discrepâncias, acolhido, contudo, sem os efeitos infringenciais almejados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração nº 45078-0/01**, de Recife, nos quais figuram, como embargante, o **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, e como embargada, **Comércio e Representações Lacerda Ltda.**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Embargadores integrantes da Sétima de Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, sob a presidência do primeiro membro, à unanimidade de votos, em **acolher os Embargos opostos**, tudo de acordo com os votos e notas taquigráficas em anexo, que foram devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 22 de dezembro de 2009.


Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Sétima Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 45078-0/01 - Recife

Embargante: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Embargado: Comércio e Representações Lacerda Ltda.

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

ACÓRDÃO

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pelo **Ministério Público do Estado de Pernambuco**, com o escopo de prestar efeito modificativo ao Acórdão correlato à Apelação Cível nº 45078-0, a pretexto de sanar pretensa omissão do julgado, proferido pela Primeira Câmara Cível deste Tribunal, anteriormente à criação das Câmaras Fazendárias.

A embargada impetrou Mandado de Segurança perante a 6ª Vara da Fazenda Pública, colimando elidir a cobrança de ICMS sobre operações de importação de bacalhau oriundo de país signatário do antigo GATT.

Argumentando conexão com outro writ, de autoria da empresa IBERBRAS Comercial Ltda., a impetrante conseguiu a distribuição dos autos, por dependência, para a 6ª Vara da Fazenda Pública, cujo titular, ao cabo do processo, sentenciou, concedendo a segurança.

Subiram os autos, em Apelação Cível e Reexame necessário, providos pela Primeira Câmara Cível deste sodalício, em decisão desafiada pelos presentes aclaratórios, porque teria se omitido acerca de preliminar ventilada, em Primeira Instância, pela autoridade coatora, não analisada, na sentença, atinente à ofensa ao princípio do juiz natural. Tal argumento, reconhecível, de ofício, por força da remessa obrigatória, e reforçado pelo parecer da Procuradoria de Justiça, não teria, entretanto, sido alvo de apreciação da prefacial, razão pela qual o Ministério Público requer o acolhimento dos presentes aclaratórios para integrar o acórdão impugnado.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Tenho o feito por relatado.

VOTO

Cotejando os aclaratórios com o acórdão decisório da prefalada Apelação, notamos a plausibilidade da alegação do *parquet* acerca de omissão quanto à preliminar de nulidade da sentença.

Com efeito, os ilustres componentes da Primeira Câmara Cível passaram ao largo da alegada ofensa ao princípio do juiz natural, perpetrada quando da distribuição do presente *writ*, por dependência, em virtude da mera semelhança com a matéria tratada em Mandado de Segurança impetrado por outra empresa importadora. Portanto, para integrar o julgado embargado, é imperioso passar à análise da preliminar em apreço.

Por força do duplo grau obrigatório a que se submetem as decisões concessivas de segurança (artigo 12, parágrafo único, do Código de Processo Civil), a Corte já teria, por ofício, que conhecer da preliminar, mister embargado a partir da sua reiteração, nesta superior instância, pela Procuradoria de Justiça, em seu parecer.

Assim, com vistas a colmatar o vício do acórdão embargado, legitimamente apontado nos aclaratórios vertentes, passemos a enfrentar a questão omitida pelo órgão prolator.

A contestação da autoridade coatora à distribuição por dependência, na medida em que tem implicações diretas sobre a observância ao princípio do juiz natural, corolário do Estado democrático de Direito e do devido processo legal, é matéria de ordem pública, portanto, de imperiosa apreciação, sob pena de nulidade.

Malgrado essas considerações, temos de temperar a análise da nulidade com os preceitos atinentes a esse fenômeno processual, em especial, os princípios da economia e do aproveitamento dos atos processuais.

Ao aplicá-los, impõe-se evitar anular os atos processuais, a despeito de viciados, não tenham redundado em prejuízo às partes, evitando, assim, o desperdício de recursos com a repetição despicienda de etapas do procedimento. Parece ter sido este o caso dos autos, como passo a justificar.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Pelo regramento do Código de Processo Civil, dá-se a conexão sempre que duas ou mais ações estão jungidas pela comunhão de fato ou causa de pedir (art. 103). Havendo essa coincidência, engendra-se a necessidade de reunião dos feitos para julgamento simultâneo, como é o presente caso.

No caso dos autos, é comum às ações tidas por conexas o fundamento do pedido, a saber: a extensão a mercadorias importadas de benefícios fiscais franqueados a similares nacionais, por força de acordo internacional - o GATT.

Contestando essa ilação, o Ministério Público Estadual argumenta que se trata de operações distintas, individualizadas, cada uma constante em nota fiscal própria, argumento, que, não obstante, é inócuo para infirmar a conexão. A semelhança de causas de pedir não requer a proveniência do mesmo fato concreto, mas a mesma razão jurídica animadora das pretensões correlatas, o que, *in casu*, ocorreu. Portanto, procedeu adequadamente o juízo *a quo* ao admitir a reunião de causas sob sua jurisdição.

Isto posto, considerando as razões aqui coligidas, sou pelo **recolhimento dos presentes Embargos de Declaração**, a fim de, evitando-se a omissão da sentença quanto à preliminar de inexistência de conexão, negando-lhes, contudo, os efeitos infringentes almejados para anular o ato, mediante a aplicação dos princípios da economia e do aproveitamento dos atos processuais.

É como voto.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator